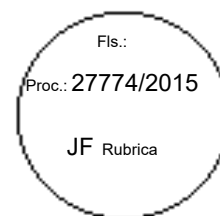




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



**PROCESSO:** 27.774/2015-e

**JURISDICIONADO:** Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e Polícia Civil do Distrito Federal

**ASSUNTO:** Auditoria de regularidade

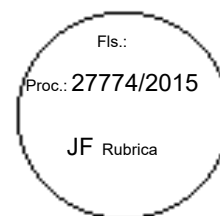
**EMENTA:** Auditoria de regularidade. PGA 2015. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG. Verificação da regularidade do cumprimento de deliberações plenárias; do pagamento de parcelas de servidores ativos e de proventos e benefícios pensionais. Remessa do relatório à auditada, na forma do art. 41, § 2º, da LC 1/94 (Decisão 1615/2016 – fls. 149). Pronunciamento da auditada. Diligência à SEPLAG. Audiência de servidor. Recomendação a órgãos e entidades distritais. Alerta à SEPLAG e ao IPREV (Decisão 6285/2016 – fls. 260/261). Recurso impetrado pela Casa Civil, por intermédio da PGDF, contra o item III.c da referida decisão. Conhecimento (DS 88/2017 – CRR, fls. 376/382). Edição de norma distrital alterando a LC 840/2011, albergando Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o DF e o Senado Federal (Decisão 5937/2017 – fls. 460). Consulta realizada pela CGDF (fls. 461/468). Não conhecimento (Decisão 6121/2017 – fls. 475). Pedido de reexame impetrado pelo Sindireta (fls. 477/479). Conhecimento (Decisão da Presidência 91/2017-P/AT – fls. 483/484). Não provimento dos recursos (Decisão 1815/2018 – fls. 540). Cumprimento parcial da diligência determinada na Decisão 6285/2016. Nova diligência (Decisão 1848/2019 – fls. 771). Reiteração de diligência (Decisão nº 4190/2019). Pelo cumprimento parcial. Pela Reiteração à SEECDF e à PCDF e verificação do cumprimento em futura auditoria.

Senhor Diretor,

Trata-se de auditoria de regularidade realizada na Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, em atendimento ao Plano Geral de Ação para o exercício de 2015, objetivando verificar a regularidade no cumprimento de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



deliberações plenárias, no pagamento de parcelas de servidores ativos e em proventos e benefícios pensionais.

2. No presente andamento processual, objetiva-se avaliar o cumprimento da Decisão nº 4.190/2019, a qual se transcreve parcialmente:

“(…)

*III – determinar à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que, em reiteração ao item V da Decisão nº 6.285/2016, informe acerca do acerto financeiro dos servidores e pensionistas vinculados às Matrículas nºs 30.583-9, 42.316-5, 80.042-2, 174.667-7 e 1.431.233-6, ressaltando que já é de conhecimento desta Corte a quitação da licença-prêmio convertida em pecúnia, e que a documentação comprobatória deve ser encaminhada ao Tribunal;*

*IV – reiterar à Polícia Civil do Distrito Federal, para cumprimento em 30 (trinta) dias, o disposto no item IV, alínea “b”, da mesma Decisão nº 1.848/2019, no sentido de que, em observância ao § 3º do art. 156 da LC 840/2011, combinado com o art. 120 da Lei 8.112/1990 e alterações posteriores, apresente a esta Corte, no caso da atual acumulação de cargos do servidor José Geraldo de Andrade Júnior, declaração de que há compatibilidade de horários, juntando a correspondente escala semanal e de local de trabalho (incluindo os meses de janeiro a maio/2019), bem como de que há contraprestação de serviço no cargo exercido;*

(…)”

3. A Decisão foi recebida na Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, em 6 de dezembro de 2019 (393E1121-c), e nessa mesma data pela Secretaria de Estado de Economia do DF – SEECDF (E018522C-c).

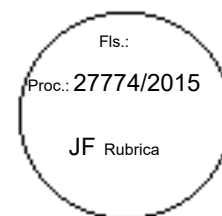
4. A PCDF enviou o Ofício 49/2020 (6A5C6FD9-c) com o fim de cumprir a diligência determinada e, a SEECDF, o Ofício nº 633/2020 (D5340F5B-c) com solicitação para prorrogação de prazo para cumprimento da diligência, o que foi concedido por meio do Despacho Singular nº 89/2020-GCIM (10F311E0-e).

5. Posteriormente, a SEECDF encaminhou o Ofício 2885/2020 (DC58C0D5-c), com o fim de cumprir a diligência determinada, bem como a PCDF, o Ofício nº 193/2020 (D3855ADF-c) em complementação ao Ofício anterior.

6. No que se refere à diligência determinada pelo Item IV da Decisão nº 4.190/2019, conforme a totalidade da documentação enviada pela PCDF e SEECDF, pode-se concluir:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



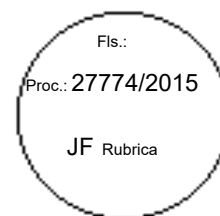
- a) houve parecer aprovado pelo Diretor-Geral da PCDF declarando a licitude da acumulação de cargos pelo servidor, tendo por base a análise do período de janeiro de 2018 a setembro de 2018, no qual se chegou à conclusão de que *“... não foi constatado nenhum choque de horários, sendo certo que o servidor gozava de descansos razoáveis.”*
- b) a SEECDF já havia informado por meio do Ofício SEI-GDF nº 2435/2019 - SEFP/GAB, de 5 de julho de 2019 (424AE359), que o servidor cumpria o horário de 14 às 22 horas, de segunda-feira a sexta-feira na Gerência de Processos daquela pasta;
- c) no sítio eletrônico da SEECDF, consta que a Gerência de Processos funciona de 7 h às 22 horas, o que indica compatibilidade entre o horário individual e o corporativo;
- d) considerando o período de janeiro a setembro de 2018, levado em conta no Parecer da PCDF, e o período de janeiro a maio de 2019, bem como o mês de dezembro de 2019, constituindo esses períodos os únicos disponibilizados nos presentes autos, verificou-se que o servidor incorreu em choques de horário conforme tabela que se segue:

DATA	PCDF		SEECDF	
	hora início	hora fim	hora início	hora fim
quinta-feira, 29 de março de 2018	19	0	14	22
terça-feira, 3 de dezembro de 2019	7	19	14	22
terça-feira, 10 de dezembro de 2019	7	19	14	22
quinta-feira, 12 de dezembro de 2019	19	0	14	22
terça-feira, 17 de dezembro de 2019	7	19	14	22
quinta-feira, 19 de dezembro de 2019	19	0	14	22
quinta-feira, 26 de dezembro de 2019	19	0	14	22

- e) Verifica-se que, exceto o quadro anterior, não houve choques de horários e existe um intervalo mínimo entre o término da jornada em um cargo e início da jornada do outro cargo, para fins de deslocamento e alimentação;
- f) Não há, nas documentações enviadas pela PCDF e SEECDF, declarações assinadas pela autoridade máxima de cada Órgão atestando que houve a efetiva prestação de serviços, sendo possível considerar que o parecer aprovado pelo Diretor-Geral da PCDF supre, apenas para aquele jurisdicionado, a declaração de que há compatibilidade de horários;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



- g) Verifica-se que o interessado, no exercício de seu cargo na PCDF, embora fosse ocupante de cargo em Comissão de Chefe da seção de Perícias no Vivo, cuja carga horária semanal é de 40 horas, cumpriu, em regime de plantão, uma carga horária semanal de 36 horas;

7. Cabe consignar que parece pouco crível que a jornada na SEECDF, de 8 horas diárias, seja cumprida sem intervalos para descanso e alimentação. Todavia a LC nº 840/2011<sup>1</sup>, não prevê obrigatoriedade de intervalo a partir de determinada duração de jornada, remetendo o trato do assunto ao que estiver disposto na lei da carreira, a qual nada dispõe a respeito.

8. Mesmo na Constituição Federal, não existe dispositivo específico que torne irregulares as escalas de horários apresentadas. Diante da legislação, portanto, não há impedimento para que o servidor labore nos horários indicados.

9. Quanto aos choques evidenciados, entende-se ser de pequena monta, podendo ser relevados, de forma que se pode aceitar como correto o parecer da PCDF atestando a legalidade da acumulação de cargos incorridos pelo servidor.

10. Considerando essa acumulação e o fato de o servidor permanecer em cargo comissionado no âmbito da PCDF, entende-se ser necessário que a declaração de que trata o artigo 156 da LC 840/2011<sup>2</sup> e artigo 120 da Lei 8.112/1990<sup>3</sup>, seja juntada

---

**1 Art. 55. Os cargos de provimento efetivo são organizados em carreira, criada por lei, que deve fixar:**

- I – a denominação, o quantitativo e as atribuições dos cargos;
- II – os requisitos para investidura no cargo e desenvolvimento na carreira;
- III – a estrutura da carreira com a fixação dos vencimentos ou do subsídio;
- IV – os critérios de capacitação;

**V – o regime e a jornada de trabalho.**

*Parágrafo único.* As alterações de requisitos para provimento de cargo público de carreira aplicam-se, exclusivamente, àqueles servidores cujo ingresso se der após elas terem sido publicadas. (grifamos)

**2 “Art. 156. O servidor, quando no exercício de cargo em comissão ou função de confiança, fica afastado das atribuições do seu cargo de provimento efetivo.**

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se ao servidor que acumular lícitamente dois cargos efetivos.

**§ 2º No caso do § 1º, a remuneração do segundo cargo efetivo depende da contraprestação de serviço e da compatibilidade de horário com o cargo em comissão ou função de confiança.**

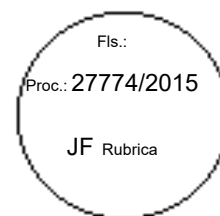
**§ 3º A contraprestação de serviço e a compatibilidade de horário com o cargo em comissão ou função de confiança de que trata o § 2º devem ser declaradas pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.**

§ 4º Independentemente da contraprestação do serviço, se a soma das horas de trabalho dos cargos em regime de acumulação não superar quarenta e quatro horas semanais, o servidor afastado na forma deste artigo faz jus à remuneração ou subsídio dos dois cargos efetivos, salvo no caso da opção de que trata o art. 77, § 2º.”(grifamos)

**3 “Art. 120. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos..”(grifamos)**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



ao processo que trata da análise da licitude da acumulação, o que poderá ser verificado em futura auditoria, razão pela qual se sugere ao Tribunal determinar aos dirigentes máximos da PCDF e SEECDF que cumpram respectivamente, o artigo 120 da Lei 8.112/1990 e Art. 156, §3º da LC nº 840/2011, mais especificamente, a respeito da necessidade expedirem as declarações expressas por eles assinadas no sentido de que há contraprestação de serviço e, apenas para a SEECDF, a declaração de que também há compatibilidade de horários no exercício dos cargos do servidor José Geraldo de Andrade Júnior desempenhados na PCDF e na SEECDF, sendo que o cumprimento dessas determinações pode ser verificado em futura auditoria.

11. No que tange ao cumprimento do Item III, da Decisão nº 4.190/2019, a SEECDF informa:

*“1) Quanto ao servidor THIAGO DUARTE MESQUITA, matrícula 1.431.233-6, encaminhamos cópia do Processo 0414-000362/2015 - Exoneração Cargo Efetivo Thiago (34436674) e a Ficha Financeira 2015 - Thiago Duarte Mesquita (34489345), que comprovam seu pedido de exoneração e o pagamento do respectivo acerto financeiro ao servidor.*

*2) Quanto à servidora MARIA SUENIA DE MEDEIROS GOMES, matrícula 42.316-5, encaminhamos cópia do Processo 0414-001538/2015 - Acerto de Contas Maria Suenia (34437087) e a Ficha Financeira 2015 e 2016 - Maria Suenia de Medeiros Gomes (34493293), que comprovam o acerto financeiro por conta de sua aposentadoria e a reposição ao Erário do valor de R\$ 1.695,15, por ter o acerto financeiro restado negativo.*

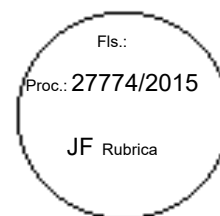
*3) Quanto ao servidor EDILSON LOURENÇO DA SILVA BARBOSA, matrícula 174.667-7, encaminhamos cópia do Processo 0410-002332/2016 - Acerto Conta Edilson Lourenço (34488785), referente ao acerto de contas por ter o servidor ido a óbito. O processo comprova também a quitação do acerto de contas em função de seus dependentes THAIS CASTRO E SILVA BARBOSA, BRUNO GABRIEL LOURENÇO DE MUNIZ e ANA BEATRIZ LOURENÇO DE MUNIZ.*

*4) Quanto à servidora MARIA LENI JOAQUIM, matrícula 30583-9, embora não tenha sido encontrado por esta Diretoria nenhum processo de acerto de contas no Sistema Integrado de Controle de Processos - SICOP, encaminhamos a Ficha Financeira 2015 - Maria Leni Joaquim (34494759) que comprova ter havido pagamento de acerto de contas a servidora no mês de abril de 2015, mês subsequente ao da aposentadoria ocorrida em 31/03/2015, conforme Relatório CADPES11 - Maria Leni Joaquim (34497362).*

*5) Quanto à servidora LUZIA ALVES CHERICI NOGUEIRA, matrícula 80.042-2, informamos que até o presente momento não foi localizado processo de acerto de*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



*contas em nome da servidora no ano de 2013, ano de sua aposentadoria. Também não constam na ficha financeira da servidora rubricas que permitam identificar acerto financeiro, de modo que pesquisa mais minuciosa está sendo executada por esta Diretoria. Há duas linhas derradeiras de raciocínio: uma que o acerto financeiro pode ter restado negativo, e por isso não consta na ficha financeira da servidora; e outra que o acerto financeiro pode estar no processo de Conversão da Licença Premio em Pecúnia, motivo pelo qual esta Diretoria requererá tal processo ao arquivo competente, e, por isso, solicita prorrogação de prazo para apresentar conclusões sobre o acerto de contas em questão.”*

12. Posteriormente, por meio do Ofício 2885/20 (DC58C0D5-c), a SEECDF informou:

*“ (...)Sobre o assunto, a Secretaria Executiva de Gestão Administrativa desta Pasta (Despacho SEEC/SEGEA - 39548383) acolheu a manifestação da Subsecretaria de Administração Geral (Despacho SEEC/SEGEA/SUAG - 39469095), a qual informou que ‘foram inseridos nos autos a Planilha Acerto de Contas Luzia Alves Cherici Nogueira (39413525) e o comprovante de registro no SIGRH conforme Relatório PAGPDT SIGRH (39416204)’. (...)”.*

13. Embora não se tenha acesso ao SEI, ao ponto de se verificar os documentos comprovantes dos acertos de contas anexos, entende-se que se pode considerar atendido o item III da Decisão nº 4.190/2019 e, caso se entenda o contrário, as devidas confirmações podem se dar em auditoria futura.

14. Todavia, remanesce o cumprimento parcial do item IV da decisão supra referida, não obstante que as providências saneadoras adotadas pela jurisdicionadas sejam verificadas em fiscalização futura.

Pelo exposto, sugere-se ao Tribunal que:

**I** – tome conhecimento dos Ofícios 49/2020 (6A5C6FD9-c) e 193/2020 (D3855ADF-c), enviados pela Polícia Civil do Distrito Federal, e dos Ofícios nº 633/2020 (D5340F5B-c) e 2885/2020 (DC58C0D5-c), da Secretaria de Estado de Economia do DF;

**II** – considere parcialmente cumprida a diligência determinada pelo item IV e cumprida a contida no item III, ambas da Decisão nº 4.190/2019;

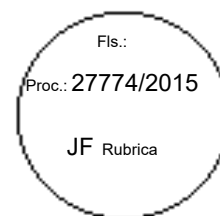
**III**– determine, para cumprimento em 60 (sessenta) dias, sob pena de aplicação da multa prevista no artigo 57, IV, da LC nº 1/94, em caso de descumprimento:

**a)** à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, que cumpra o artigo 156, §3º da LC nº 840/2011, devendo anexar ao





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



dossiê do servidor a declaração expressa, assinada pelo senhor Secretário, no sentido de que há contraprestação de serviço e compatibilidade de horários no exercício do cargo do servidor José Geraldo de Andrade Júnior desempenhado na referida Secretaria, considerando a acumulação do cargo público exercido na PCDF;

- b)** à Polícia Civil do Distrito Federal que cumpra o artigo 120 da Lei nº 8.112/1990, devendo anexar ao processo que tratou da análise da acumulação de cargos, a declaração expressa, assinada pelo senhor Diretor-Geral, no sentido de que há contraprestação de serviço no exercício do cargo do servidor José Geraldo de Andrade Júnior desempenhado na PCDF, considerando a acumulação do cargo público exercido na SEECDF;

IV – autorize:

- a)** o envio de cópia da presente instrução e/ou do Voto a ser proferido às jurisdicionadas para perfeito entendimento da diligência;
- b)** a verificação do cumprimento da diligência determinada no item anterior em futuras auditorias nas jurisdicionadas; e
- c)** o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para as anotações pertinentes e posterior arquivamento.

À consideração superior.

Brasília, 12 de maio de 2020.

Jorge Luiz Pessoa Faria  
Auditor de Controle Externo  
Mat. nº 303-4